



MISSÃO PERMANENTE DE PORTUGAL
JUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS
NEW YORK



Maria de Lurdes Pintasilgo

25 de Novembro de 1971.

RELATÓRIO DA VOTAÇÃO RELATIVA
AO PONTO 55 DA ORDEM DO DIA DA
XXVIª ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA
NA 3ª COMISSÃO, a 25 de Novembro 1971

- "Importance of the universal realization of peoples to self-determination and of the speedy granting of independence to colonial countries and peoples for the effective guarantee and observance of human rights"

1. O voto do projecto de resolução contido no documento A/8331 foi precedido por uma moção para encerramento do debate geral e início imediato da votação.
2. O projecto de resolução foi emendado por uma série de 39 votos separados relativos quer a sub-emendas orais quer a emendas constantes dos documentos A/C.3/L.1877/Rev.1, A/C.3/L.1878, A/C.3/L.1879, A/C.3/L.1880, A/C.3/L.1881/Rev.1, A/C.3/L.1882, A/C.3/L.1886/Rev.1, A/C.3/L.1888, A/C.3/L.1889, A/C.3/L.1893.
3. Indica-se a seguir os votos separados e o texto correspondente, referindo-se sempre que fôr oportuno, algum aspecto de particular significado político na conjuntura internacional. Em "apontamento" separado referem-se os votos com especial incidência para Portugal.

./...

Votação sobre o projecto de resolução
apresentado pelo ECOSOC (documento A/8331)

Inserção de novo parágrafo no início do preâmbulo
 (proposto pela Síria - A/C.3/L.1878)

"Reaffirming its resolutions 1514 (XV) of 14 December 1960, 1803 (XVII) of 14 December 1962, 1904 (XVIII) of 20 November 1963, 2200(XXI) of 16 December 1966, 2535 (B) (XXIV) of 10 December 1969, 2625 (XXV) of 24 October 1970, 2649 (XXV) of 30 November 1970 2672 (C) (XXV) of 8 December 1970 and resolution VIII adopted by the International Conference on Human Rights held at Teheran in 1968."

Aceite por: - 54

- 5

Fundação Cuidar o Futuro

N.B. A introdução da referência às resoluções 2535(B) (XXIV) e 2672(C) (XXV), que dizem respeito ao problema da Palestina, mudou logo neste voto o contexto e o alcance do projecto de resolução. A seguir a este voto, o projecto de resolução passou a visar não só Portugal como Israel.

Primeiro parágrafo do preâmbulo

"Solemnly reaffirming that the subjection of peoples to alien subjugation, domination and exploitation is a violation of the principle of self-determination as well as a denial of basic human rights and is contrary to the Charter of the United Nations"



./...

- Inserção da palavra "colonial" antes da palavra "exploitation" (proposto por: Argélia, Guiné, Mali Mauritania, Líbia, Tunísia - A/C.3/L.1882).

Aceite: - 80
 - 0
 - 33 (Portugal)

N.B. Como a emenda não atinge Portugal, a abstenção pareceu o voto mais lógico.

- Primeiro parágrafo do preâmbulo emendado

" Solemnly reaffirming that the subjection of peoples to alien subjugation, domination and colonial exploitation is a violation of the principle of self-determination as well as a denial of basic human rights and is contrary to the Charter of the United Nations"

Aceite: - 103
 0
 9 (Portugal)

N.B. Embora ao nível dos princípios se pudesse teoricamente afirmar este parágrafo, o contexto em que se situa, visando Portugal, e o carácter demagógico da terminologia determinaram a nossa abstenção.

- Terceiro parágrafo do preâmbulo

"Expressing concern at the fact that some countries, notably Portugal, with the support of its North Atlantic Treaty Organization allies, are waging war against the national liberation movement in colonial and developing countries.

./...



- Substituição do parágrafo acima por um novo texto (proposto por E.U.A. -A/C.3/L.1881/Rev.1)

"Expressing concern at the continued denial of self-determination in colonial areas"

Rejeitado: - 27

- 64

- 23 (Portugal)

N.B. A abstenção de Portugal em relação a esta emenda - que aparentemente nos era favorável - foi determinada por duas razões:

a) dado que iríamos votar contra na totalidade da resolução (por razões que se deduzem da intervenção da delegação portuguesa no dia 16 de Novembro) não parecia lógica qualquer votação a favor das emendas;

b) na sua intervenção no debate geral, os E.U.A. tinham tornado clara a sua posição a favor dos movimentos de libertação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa, tornando assim ambígua a proposta de emenda dos E.U.A.

Fica de pé uma questão de fundo, a saber, se em votações deste tipo nos podemos permitir um certo risco, adoptando uma posição mais pragmática e localizada no voto em causa.

- Substituição das palavras "in colonial and developing countries" por: "of the colonies and against certain independent states of Africa"

(proposto por Argélia, etc.)



Aceite: - 75

- 4 (Portugal, Holanda, Nova Zelândia, Canadá)

--33



-Terceiro parágrafo preambular emendado

Expressing concern at the fact that some countries, notably Portugal, with the support of its North Atlantic Treaty Organization allies, are waging war against the national liberation movement of the colonies and against certain independent States of Africa and Asia and the developing countries.

Aceite: - 74

- 15

- 23

N.B. O voto não foi registado e não nos pareceu oportuno pedir que o fosse. Daí o facto de estar incompleta a lista que a seguir se indica *

Contra:

Canadá
França
Brasil
Itália
Holanda
Reino Unido
E.U.A.
Luzemburgo
Austrália
Costa Rica
Nova Zelândia
Malawi
Portugal
(falta 1 país)

Abstenção:

Argentina
Austria
Bélgica
Burma
Colômbia
Dinamarca
Salvador
Finlândia
Grécia
Irlanda
Japão
México
Nicarágua
Noruega

Panamá
Filipinas
Suécia
Turquia
Venezuela
Guatemala
Laos
Lesotho
(falta 1 país)

*

Não podem interpretar-se estes votos como de apoio a Portugal. Assim, na sua explicação de voto, a Holanda esclareceu que o seu voto tinha sido determinado pela convicção de que "a NATO não deveria ser posta em conjunto com a política de um dos seus membros, política que os outros membros rejeitam". (A/C.3/SR.1884.Rev.6)
De igual modo a Itália comentou a associação da NATO com Portugal

Quarto parágrafo do preâmbulo

"Confirming that colonialism in all its forms and manifestations, including the methods of neo-colonialism, constitutes a gross encroachment on the rights of peoples and the basic human rights and freedoms".

- Substituição do parágrafo acima por um novo texto
(proposto por E.U.A.)

"Confirming that colonialism in all its forms and manifestations, including new forms of colonialism, constitutes a threat to basic human rights and freedom".

Rejeitado: - 26

- 63

- 24 (Portugal)

N.B. A emenda visava apenas uma melhoria do texto ao nível da

redacção de "a nossa abstenção".

Quinto parágrafo do preâmbulo

"Convinced that effective application of the principles of self-determination of peoples is of paramount importance for promoting the development of friendly relations between countries and peoples and for ensuring human rights".

(Cont. Nota pag.5)

neste parágrafo, dizendo que "não havia justificação para estabelecer uma ligação entre as actividades da NATO e a opressão dos movimentos de libertação" (id. pag.8)

Além disso, algumas das abstenções, como a da Grécia, podem ter sido determinadas pelo argumento de que "condenações e sanções contra Estados devem estar dentro da competência de outros órgãos da ONU, nomeadamente do Conselho de Segurança" (id. pag.10)

Outros países (Turquia e Austria) justificaram a sua abstenção pela "incoerência encontrada entre a terminologia do parágrafo e o direito internacional tal como é expressa na Declaração sobre as Relações Amigáveis entre os Povos".



- Substituição de parte da frase que começa em "promoting" até ao fim por: "the promotion of friendly relations between countries and peoples, the guarantee of human rights and the maintenance of peace in the world" (proposto por Argélia, Guiné, etc.)

Aceite: - 105

- 0

- 10 (Portugal)

- Quinto parágrafo preambular emendado

Convinced that effective application of the principles of self-determination of peoples is of paramount importance for the promotion of friendly relations between countries and peoples, the guarantee of human rights and the maintenance of peace in the world.

Aceite: - 107 **Fundação Cuidar o Futuro**

- 0

- 6 (Portugal)

Novo parágrafo do preâmbulo

Affirming that the future of Zimbabwe cannot be negotiated with an illegal régime and that any settlement must be on the basis of "no independence before majority rule.

(proposto por : Barbados, Congo, Guiana, Jamaica, Kenya, Mauritânia, Nigéria, Serra Leoa, Somália Uganda, Tanzania, Zambia - A/C.3/L.1880).

Aceite: - 89

- 3 (Portugal, Reino Unido, Haiti)

- 24



N.B. Duas razões determinaram o voto negativo de Portugal:

- a) as nossas relações com a Rodésia
- b) a rejeição de uma teoria que, sendo aparentemente democrática, é discriminatória e totalitária, impondo a lei do maior número não numa base de opção política mas numa base étnica.

Novo parágrafo do preâmbulo

"Reaffirming the inalienable rights of all peoples, and in particular those of Zimbabwe, Namibia, Angola, Mozambique, Guinea (Bissau) and Palestine, to freedom, equality and self-determination, and the legitimacy of their struggles to restore those rights".

(proposto por: Argélia, Guiné, etc.)

Sub-emenda: Substituir as palavras "and Palestine" por "elsewhere"

(proposto por: Barbados e Uganda - A/C.3/L.1888).

Emenda â

Sub-emenda: Substituir as palavras "elsewhere" por

"as well as of those of the Palestian people"

oral

(proposto/por: Marrocos)

Votação da emenda de Marrocos â sub-emenda

Aceite: - 42

- 26

- 48 (Portugal)



N.B. Esta emenda explicita a referência ao problema do Médio Oriente introduzida pelo primeiro novo parágrafo do preâmbulo.

O resultado da votação (que foi registada a pedido de Marrocos e cujo resultado se indica a seguir) permite verificar como se desenham neste momento as tendências relativamente ao conflito do Médio Oriente.

Assim, é de notar:

- a) entre os países ocidentais, o apoio nítido da Austrália e da Holanda (além dos E.U.A.) a Israel;
- b) entre os países africanos, o não-alinhamento com os países árabes da maioria dos países (19);
- c) o apoio da Espanha e da Grécia aos países árabes

In favour: Afganistan, Albania, Algeria, Bahrain, Ceylon, Chile, China, Cuba, Cyprus, Czechoslovakia, Egypt, Greece, Guinea, India, Indonesia, Iran, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Malaysia, Mali, Mauritania, Mongolia, Morocco, Niger, Pakistan, People's Democratic Republic of Yemen, People's Republic of the Congo, Qatar, Romania, Saudi Arabia, Somalia, Spain, Sudan, Syria, Tunisia, Turkey, United Republic of Tanzania, Yemen, Yugoslavia.

Against: Australia, Barbados, Belgium, Bolivia, Botswana, Brazil, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, Guatemala, Haiti, Iceland, Israel, Lesotho, Liberia, Luxembourg, Malawi, Netherlands, New Zealand, Nicaragua, Nigeria, Swaziland, Uganda, United States, Uruguay.



Abstaining: Argentina, Austria, Bulgaria, Burma, Burundi, Byelorussia, Cameroon, Canada, Central African Republic, Chad, Dahomey, Denmark, El Salvador, Ethiopia, Finland, France, Gambia, Ghana, Guyana, Hungary, Ireland, Italy, Ivory Coast, Jamaica, Japan, Kenya, Laos, Madagascar, Mexico, Nepal, Norway, Panama, Peru, Philippines, Poland, Portugal, Rwanda, Senegal, Sierra Leone, Singapore, Sweden, Togo, Trinidad and Tobago, Ukraine, USSR, United Kingdom, Venezuela, Zambia.

Absent: Bhutan, Equatorial Guinea, Fiji, Gabon, Honduras, Khmer Republic, Maldives, Malta, Mauritius, Oman, Paraguay, South Africa, Thailand, Upper Volta, Zaire,

- Votação da sub-emenda de Barbados e Uganda,

~~Incluindo a emenda de Marrocos~~

Aceite: - 48

- 23 (Portugal)

- 45

- Novo parágrafo preambular emendado

Reaffirming the inalienable rights of all people's, and in particular those of Zimbabwe, Namibia, Angola, Mozambique, Guinea (Bissau) and the Palestinian people, to freedom, equality and self-determination, and the legitimacy of their struggles to restore those rights.

.../...



Aceite: - 47
 -- 20 (Portugal)
 - 47

Novo parágrafo do preâmbulo

Reiterating the Declaration on Principles of International Law Concerning Friendly Relations and Co-operation amongst States in accordance with the Charter of the United Nations, which elaborated the principle of self-determination of peoples.
 (proposto por: India - A/C.3/L.1893)

Aceite: - 83
 - 0
 - 26 (Portugal)

N.B. Este parágrafo foi o primeiro de uma série em que se traduziu o conflito presente no debate entre India e Paquistão.

Em todos os votos relativos a emendas de qualquer dos dois países, a posição de Portugal foi sempre de abstenção.

Novo parágrafo do preâmbulo

Considering that the establishment of a sovereign and independent State freely determined by all the whole people belonging to the territory constitutes a mode of implementing the right of self-determination.

(proposto por: Paquistão - A/C.3/L.1886/Rev.1)

Aceite: - 81
 - 0
 - 31 (Portugal)



Novo parágrafo do preâmbulo

Further considering that any attempt aimed at the partial or total disruption of the national unity and territorial integrity of a State establishment in accordance with the right of self-determination of its peoples is incompatible with the practices and purposes of the Charter.

(proposto por: Paquistão)

- Votação separada sobre a seguinte frase do parágrafo:

"established in accordance with the right of self-determination of its peoples"

(pedido por Chipre)

Aceite: - 24

Fundação Cuidar o Futuro (Chipre, Grécia, Panamá, Egipto)

-- 81 (Portugal)

N.B. Este pedido de Chipre foca uma questão de fundo importante, a saber, se o direito à auto-determinação dos povos que constituem um Estado é a única base jurídica possível para a formação desse Estado.

Novo parágrafo tal como fora proposto pelo Paquistão

Aceite: - 68

- 0

- 43 (Portugal)

Novo parágrafo do preâmbulo

Mindful that interference in the internal affairs of such States is a violation of the Charter and



can pose a serious threat to the maintenance of peace.

(proposto por: Paquistão)

Aceite: - 80

- 0

- 31 (Portugal)

N.B. - O número relativamente elevado de abstenções nas últimas 50 votações pode revelar a hesitação dos respectivos países a não tomarem posição no conflito Índia-Paquistão, neste momento na Assembleia, embora os parágrafos introduzidos por qualquer dos dois países sejam, à primeira vista, afirmações de princípios contidos em documentos anteriores das Nações Unidas e tendo a aceitação da maioria dos Estados.

Parte Operativa do Projecto de resolução
 contido no doc. A/8331

Primeiro parágrafo operativo

" 1. Confirms the legality of the peoples' struggle for self-determination and liberation from colonial and foreign domination by all available means.

- Inserção das palavras "and alien subjugation" depois de "foreign domination"

(proposto por: Afganistão - A/C.3/L.1879)

Aceite: - 82

- 0

- 32 (Portugal)

Emenda: Acrescentar ao parágrafo as palavras "particularly" in Southern Africa and Palestine"

(proposto por: Iraq - A/C.3/L.1877/Rev.1)



Sub-emenda: Substituir as palavras "and Palestine" por
 "and elsewhere"
 (proposto por: Barbados e Uganda)

Sub-emenda à
 sub-emenda : Substituir as palavras "and elsewhere" por
 "especially those of Zimbabwe, Namibia, Angola,
 Mozambique, Guinea (Bissau) as well as the
 Palestinian people"
 (proposta oralmente por Marrocos)

-Votação da sub-emenda de Marrocos

Aceite: - 47
 - 26 (Portugal)
 - 41

N.B. Esta votação foi nominal a pedido de Israel. Conjuntamente com o resultado registado da votação indicado na página 5, relativamente à emenda de Marrocos do parágrafo do preâmbulo proposto por Argélia, Guiné, etc, o resultado desta votação, que se indica a seguir, permite verificar quais são as posições firmemente definidas em relação ao Médio Oriente.

De notar que alguns países africanos (nomeadamente a Nigéria e a Uganda) votaram contra esta emenda ou por inadvertência emocional dos delegados ou por considerarem prioritário o problema da Palestina em relação ao problema do Ultramar Português.



nas explicações de voto, algumas delegações africanas (Senegal Serra Leoa, Zambia) acentuaram que na sua votação fora dominante o facto de considerarem completamente distintos o problema da "libertação dos povos de África" e o problema do Médio Oriente.

In favour: Afganistan, Albania, Algeria, Bahrain, Bulgaria, Byelorussia, Ceylon, Chile, China, Cuba, Cyprus, Czechoslovakia, Egypt, Greece, Guinea, Hungary, India, Indonesia, Iran, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Malaysia, Mali, Mauritania, Mongolia, Morocco, Niger, Pakistan, People's Democratic, Republic of Yemen, People's Republic of the Congo, Poland, Qatar, Romania, Saudi Arabia, Somalia, Sudan, Syria, Tunisia, Turkey, Ukraine, USSR, United Republic of Tanzania, Yemen, Yugoslavia.

Against: Australia, Barbados, Belgium, Bolivia, Botswana, Canada, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Guatemala, Haiti, Iceland, Israel, Lesotho, Liberia, Luxembourg, Malawi, Netherlands, New Zealand, Nicaragua, Nigeria, Portugal, Uganda, United Kingdom, United States, Uruguay.

Abstaining: Argentina, Austria, Brazil, Burma, Burundi, Cameroon, Central African Republic, Chad, Dahomey, Denmark, Dominican Republic, El Salvador, Ethiopia, Finland, France, Gambia, Ghana, Guyana, Ireland, Italy, Ivory Coast, Jamaica, Japan, Kenya, Laos, Madagascar, Mexico, Nepal, Norway, Panama, Peru, Philippines, Rwanda, Senegal, Sierra Leone, Singapore, Sweden, Togo, Trinidad and Tobago, Venezuela, Zambia,



Absent: Bhutan, Equatorial Guinea, Fiji, Gabon, Honduras, Khmer Republic, Maldives, Malta, Mauritius, Oman, Paraguay, South Africa, Spain, Swaziland, Thailand, Upper Volta, Zaire.

- Votação da emenda do Iraq

Aceite: - 47

- 26 (Portugal)

- 40

N.B. O voto foi nominal, indicando-se a seguir a distribuição dos votos.

Confirma-se neste voto a hipótese de que para a Uganda e Nigéria a posição relativamente ao problema do Médio Oriente é mais importante que a posição relativa ao Ultramar Português.

In favour: Afganistan, Albania, Algeria, Bahrain, Bulgaria, Byelorussia, Ceylon, Chile, China, Cuba, Cyprus, Czechoslovakia, Egypt, Greece, Guinea, Hungary, India, Indonesia, Iran, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Malaysia, Mali, Mauritania, Mongolia, Morocco, Niger, Pakistan, People's Democratic Republic of Yemen, People's Republic of the Congo, Poland, Qatar, Romania, Saudi Arabia, Somalia, Sudan, Syria, Tunisia, Turkey, Ukraine, USSR, United Republic of Tanzania, Yemen, Yugoslavia.

Against: Australia, Barbados, Belgium, Bolivia, Botswana, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Israel, Lesotho, Liberia, Luxembourg, Malawi, Netherlands, New Zealand, Nicaragua, Nigeria, Portugal, Uganda, United Kingdom, United States, Uruguay.



Abstaining: Argentine, Austria, Brazil, Burma, Burundi, Cameroon, Canada, Central African Republic, Chad, Dahomey, Denmark, Ethiopia, Finland, France, Gambia, Ghana, Guyana, Ireland, Italy, Ivory Coast, Jamaica, Japan, Kenya, Laos, Madagascar, Mexico, Nepal, Norway, Panama, Peru, Philippines, Rwanda, Senegal, Sierra Leone, Singapore, Sweden, Togo, Trinidad and Tobago, Venezuela, Zambia.

Absent: Bhutan, Equatorial Guinea, Fiji, Gabon, Honduras, Iceland, Khmer Republic, Maldives, Malta, Mauritius, Oman, Paraguay, South Africa, Spain, Swaziland, Thailand, Upper Volta, Zaire.

- Inclusão das palavras "consistent with the United Nations Charter" a seguir a "by all available means"

Proposto por: E.U.A. Fundação Cuidar o Futuro

Aceite: - 53

- 34

- 24 (Portugal)

N.B. A abstenção de Portugal deve-se ao contexto do parágrafo emendado, contendo a especificação do Ultramar Português.

- Primeiro parágrafo operativo emendado

1. Confirms the legality of the peoples' struggle for self-determination and liberation from colonial and foreign domination and alien subjugation, notably in Southern Africa and in particular that of the peoples of Zimbabwe, Namibia, Angola, Mozambique, and Guinea (Bissau), as also of the Palestinian



people, by all available means consistent with the United Nations Charter.

Aceite: - 57

- 13 (Portugal)

- 40

N.B. Votaram contra:

Austrália, Barbados, Israel, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Portugal, Uganda, E.U.A., Uruguay,

O Reino Unido, na explicação do voto disse ter podido abster-se em virtude da referência à "coerência com a Carta das Nações Unidas"; se essa referência não tivesse sido incluída teria votado contra.

A análise desta votação tem de ser completada pela votação que teve lugar no Plenário. A pedido de Israel as palavras "as well as of the Palestinian people" foram objecto de voto separado cujo resultado foi o seguinte:

- 50

- 24

- 44 (Portugal)

Indica-se a seguir o registo do voto que permite conhecer a posição de cada país em relação ao conflito do Médio Oriente.

A favor: Afganistan, Albania, Algeria, Bahrain, Bulgária, Byelorussia, Ceilão, Chile, China, Congo, Cuba, Chipre, Checoslovaquia, Egipto, Guiné Equatorial, Grécia, Guiné, Hungria, India, Indonésia, Irão, Iraque, Jordão, Kuwait, Líbano, Libia, Malásia, Mali, Mauritania, Mongolia, Marrocos, Nigéria, Oman, Paquistão, Yemen, Polónia, Qatar, Romania, Arabia Suadita, Senegal, Somalia, Espanha, Sudão, Republica



Síria Árabe, Tunisia, Turquia, Ucrania, USSR, Tanzania, Jugoslávia.

Abstenção: Argentina, Austria, Brasil, Burma, Burundi, Camarões, Central African Republic, Chad, Dahomey, Ethiopia, Finland, France, Gabon, Gambia, Ghana, Guyana, Honduras, Iceland, Ireland, Italy, Ivory Coast, Jamaica, Japan, Kenya, Laos, Liberia, Malta, Mexico, Nepal, Nigeria, Norway, Peru, Philippines, Portugal, Rwanda, Serra Leoa, Singapore, Sweden, Thailand, Togo, Uganda, United Kingdom, Venezuela, Zambia.

Contra: Australia, Barbados, Belgium, Botswana, Canada, Colombia, Costa Rica, Denmark, Dominican Republic, Ecuador, Guatemala, Israel, Lesotho, Luxembourg, Madagascar, Malawi, Netherlands, New Zealand, Nicaragua, Panama, Paraguay, Swaziland, United States, Uruguay.

- Novo parágrafo operativo a seguir ao parágrafo 2

"3. Calls upon all States dedicated to the ideals of freedom and peace to give all their political, moral and material assistance to peoples struggling for liberation, self-determination and independence against colonial and alien domination".

(proposto por Iraq)

Aceite: - 82

- 4 (Portugal, Holanda, Nova Zelândia, Reino Unido)

- 28

Terceiro parágrafo operativo

"3. Believes that the main objectives and principles of



international protection of human rights cannot be effectively implemented while some States deny the right of self-determination to countries and peoples fighting for self-determination and support policies which clearly encourage régimes that apply the abhorrent policy of racism and apartheid".

Rejeitado: - 22

- 68

- 24 (Portugal)

- Adição das palavras "particularly Portugal and South Africa" depois de "some States"

(proposto por: Argélia, Guiné, etc.)

Aceite: - 78

- 2 (Portugal, Espanha)

Fundação Cuidar o Futuro

N.B. O Brasil registara de início um voto contra, mas mudou-o para abstenção — cremos que por ter verificado a situação de isolamento.

- Adição das palavras "independent African States and" depois de "against".

(proposto por: Argélia, Guiné, etc.)

Aceite: - 84

- 1 (Portugal)

- 27

N.B. O total isolamento de Portugal neste voto revela que os Estados chamados "amigos" não se pronunciam sobre



a delegação de Portugal usar a força contra outros Estados africanos.

- Terceiro parágrafo operativo emendado

4. Believes that the main objectives and principles of international protection of human rights cannot be effectively implemented while some States particularly Portugal and South Africa pursue the imperialist policy of colonialism, use force against independent African States and developing countries and peoples fighting for self-determination and support régimes that are applying the criminal policy of racism and apartheid.

Aceite: - 79

- 1 (Portugal)

Fundação Cuidar o Futuro

N.B. Parece-nos que, de todas as votações relativas a esta resolução, é esta a mais esclarecedora sobre a atitude dos Estados Membros da ONU relativamente ao que julgam ser a política de Portugal em África.

Quarto parágrafo operativo

4. "Condemns the colonial Powers that are surpressing the right of peoples to self-determination and hampering the liquidation of the last hotbeds of colonialism and racism in the African continent and in other parts of the world".

- Substituição do parágrafo acima por outro:

(proposto por E.U.A.)



"Calls upon colonial Powers to permit the full exercise of self-determination by peoples under colonial domination".

Rejeitado: - 20

-- 70

- 24 (Portugal)

- Adição das palavras "and usurping" depois de "colonial"
(proposto por: Iraç)

Aceite: - 61

-- 6

- 45 (Portugal)

N.B. Esta alteração visava claramente Israel. De notar que votaram contra: Holanda, Luxemburgo, Panamá Equador, República Dominicana e Nicarágua.

- Substituição das palavras "African continent" por "African and Asian continents"

(proposto por: Israel)

Aceite: - 78

- 1 (Holanda)

- 30 (Portugal)

Quarto parágrafo operativo emendado

Condemns the colonial and usurping Powers that are suppressing the right of peoples to self-determination and hampering the liquidation of the last hotbeds of colonialism and racism in the African and Asian continents and in other parts of the world.

.../...



Aceite: - 70

- 1 (Portugal)

- 77

N.B. A Espanha votou a favor.

Neste tipo de voto levanta-se uma questão de fundo. Embora o contexto indique que o articulado se refere a Portugal, o facto de não ser mencionado o País e o facto de não nos considerarmos nem "poder colonial" nem "poder usurpador" poderiam permitir um voto de abstenção.

Quinto parágrafo operativo

5. Condemns States that contributes to the creation in Southern Africa of a military-industrial complex whose aim is the suppression of the movement of peoples struggling for their self-determination and interference in the affairs of independent African States.

- Substituição do parágrafo acima por outro:

(proposto por:E.U.A.)

"Calls upon all States not to contribute to the suppression by military and industrial means of the movement of peoples struggling for their self-determination in southern Africa".

Rejeitado: - 21

- 65

- 27 (Portugal)



- Substituição das palavras "condemns States" por "condemns the policy of certain States members of NATO"

(proposto por: Argélia, Guiné, etc.)

- Aceite: - 72
 - 18 (Portugal)
 - 21

Quinto parágrafo operativo emendado

Condemns the policy of certain States members of NATO that contribute to creation in southern Africa of a military-industrial complex whose aim is the suppression of the movement of peoples struggling for their self-determination and interference in the affairs of independent African States.

- Aceite: - 74

- 13 (Portugal)

--23

N.B. Votaram contra todos os países da NATO, à excepção do grupo escandinavo em virtude da posição de abstenção tomada perante toda a resolução.

Votaram contra, além desses, a Austrália e o Brasil.

Sétimo parágrafo operativo

7. Urges States to discharge their duty and to co-operate in bringing about universal respect for the observance of human rights and fundamental freedoms and eliminating all forms of racial discrimination.



Emenda: Substituição de todo o parágrafo por outro
(proposto por: Argélia, Guiné, etc.)

7. Urges the Security Council to take effective steps to ensure the implementation of the relevant United Nations resolutions on the elimination of colonialism and racism, and to report to the General Assembly at its twenty-seventh session.

Sub-emenda: Adição das palavras "as well as States members of the specialized agencies" depois de "Security Council"
(proposta oralmente pela Jamaica)

- Votação da sub-emenda da Jamaica

Aceite: - 43

Fundação Cuidar o Futuro
- 68 (Portugal)

- Votação da emenda com inclusão da sub-emenda

Aceite: - 82

- 5 (Portugal, Austrália, Costa Rica, Holanda e E.U.A.)
- 26

N.B. Rigorosamente o voto de Portugal podia ter sido uma abstenção, embora a redundância do articulado e a via de possíveis sanções que parece querer sugerir não se acomodem com a nossa política.

O voto dos outros quatro países permitiu-nos votar contra, sem termos tomado uma atitude ostensivamente isolacionista.



Novo parágrafo operativo

Calls upon all States to observe the principle of the sovereign equality of States, non-interference in the internal affairs of other States and respect for their sovereign rights and territorial integrity.

(proposto por: Paquistão)

Aceite: - 95
 - 0
 - 19 (Portugal)

Votação do projecto de resolução emendado conforme consta do doc. A/C.3/L.1901

Aceite: - 74
 - 12 (Portugal)

Fundação Cuidar o Futuro

N.B. O voto foi nominal a pedido da Síria, indicando-se a seguir a distribuição dos votos:

In favour: Afganistan, Albania, Algeria, Bahrain, Bolivia, Botswana, Bulgaria, Burma, Burundi, Byelorussia, Cameroon, Central African Republic, Ceylon, Chile, China, Cuba, Cyprus, Czechoslovakia, Dominican Republic, Ecuador, Egypt, El Salvador, Ghana, Greece, Guatemala, Guinea, Guyana, Hungary, India, Indonesia, Iran, Iraq, Ivory Coast, Jordan, Kenya, Kuwait, Lebanon, Libya, Malaysia, Mali, Mauritania, Mexico, Mongolia, Morocco, Nepal, Niger, Nigeria, Pakistan, People's Democratic Republic of Yemen,



People's Republic of the Congo, Peru, Poland, Qatar, Romania, Rwanda, Saudi Arabia, Senegal, Sierra Leone, Singapore, Somalia, Sudan, Syria, Togo, Trinidad and Tobago, Tunisia, Turkey, Uganda, Ukraine, USSR, United Republic of Tanzania, Yemen, Yugoslavia, Zambia.

Against: Australia, Belgium, France, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, New Zealand, Nicaragua, Portugal, United Kingdom, United States.

Abstaining: Argentina, Austria, Barbados, Brazil, Canada, Colombia, Costa Rica, Dahomey, Denmark, Ethiopia, Finland, Gambia, Ireland, Jamaica, Japan, Laos, Lesotho, Liberia, Madagascar, Malawi, Norway, Panama, Philippines, Spain, Sweden, Uruguay, Venezuela.

Absent: Bhutan, Equatorial Guinea, Fiji, Gabon, Hiti, Honduras, Iceland, Khmer Republic, Maldives, Malta, Mauritius, Oman, Paraguay, South Africa, Swaziland, Thailand, Upper Volta, Zaire.

Este resultado sofreu alteração na votação que teve lugar no Plenário e cujo resultado foi:

- 76

- 10

- 33





APONTAMENTO - em ref: *delaf. POI 166*
da 27.11.71

M. L. Pinstasilgo

Votos com especial incidência para Portugal

S-9.6

Pará. 3 preâmbulo - Especifica Portugal como travando guerra contra os movimentos de libertação "das colónias e contra certos países independentes da África e Ásia" e especifica o apoio da NATO a Portugal.

- A introdução da frase "contra certos países independentes da África e Ásia" teve o resultado:

A favor - 75

Contra - 4 (Holanda, Nova Zelândia, Canadá, Portugal)

Abstenção - 33 (não foi possível registar as abstenções)

- A votação do parágrafo com a inclusão das emendas teve como resultado:

A favor - 74

Contra - 15

Abstenção - 23

(Como o voto não foi registado, não é possível ter a lista completa:

- Contra: Canadá
França
Brasil
Itália
Holanda
Reino Unido
E.U.A.
Uruguay
Luxemburgo
Austrália
Costa Rica
Nova Zelândia
Malawi
Portugal
(falta 1 nome)

- Abstenções: Argentina
Austria
Bélgica
Burma
Colômbia
Dinamarca
Salvador
Finlândia
Grécia
Irlanda
Japão
México
Nicarágua
Noruega
Panamá



Abstenções: Filipinas
Suécia
Turquia
Venezuela
Guatemala
Laos
Lesotho
(falta 1 nome)

Pará. 3 da parte operativa - Especifica Portugal e a Africa do Sul
como Estados que impedem os objetivos da protecção dos direitos humanos sejam realizados pela "política imperialista de colonialismo"

- A favor - 78

Contra - 2 (Espanha, Portugal)

Abstenção - 30 (não foi possível registar as abstenções)

- Especificação que o "uso da força" é contra "Estados africanos independentes"

A favor - 84

Contra - 1 (Portugal)

Abstenção - 27

- Votação do pará. 3 depois de emendado:

A favor - 79

Contra - 1 (Portugal)

Abstenção - 28 (não foi possível registar as abstenções)

Inclusão de novo pará. operativo apelando para os Estados darem "apoio político, moral e material aos povos que lutam pela independência, auto-determinação, etc."

A favor: 82

Contra: 4 (Holanda, Nova Zelândia, Reino Unido, Portugal)

Abstenções: 28

Argentina	Irlanda
Austrália	Itália
Bélgica	Libéria
Botswana	Luxemburgo
Brasil	Malawi
Canadá	Nicarágua
Colômbia	Noruega
Dinamarca	Panamá
Equador	Filipinas
Salvador	Espanha
Finlândia	Suécia
França	E.U.A.
Guatemala	Uruguay
Hain	Venezuela

Votação da Resolução emendada na globalidadeA favor: 74Contra: 12Abstenção: 27

Contra: Austrália
Bélgica
França
Israel
Itália
Luxemburgo
Holanda
Nova Zelândia
Nicarágua
Portugal
Reino Unido
E.U.A.

Abstenção: Argentina
Austria
Barbados
Brasil
Canadá
Colômbia
Costa Rica
Dahomey
Dinamarca
Etiópia
Finlândia
Gâmbia
Irlanda
Jamaica
Japão
Laos
Lesotho
Libéria
Madagascar
Malawi
Noruega
Panamá
Filipinas
Espanha
Suécia
Uruguay
Venezuela



APONTAMENTO

M. L. Pintasilgo



- a) Argentina - Abstenção no voto pará. 3 preamb.
" no voto da resolução em globo.
- b) Austrália - Contra no voto pará. 3 preamb.
" " " da resolução em globo.
- c) Aústria - Mudou de voto contra na Comissão dos Direitos Humanos para abstenção no voto pará. 3 preamb.
e " " resol. em globo.
- d) Bélgica - Abstenção no voto pará. 3 preamb.
Contra na resolução em globo.
- e) Canadá - Contra no voto pará. 3 preamb.
Contra na resolução em globo.
- f) Colômbia - Abstenção no voto pará. 3 preamb.
Abstenção " " resolução em globo.
- g) Costa Rica - Contra no voto pará. 3 preamb.
Abstenção na resolução em globo.
- h) Espanha - Único país que votou contra pará. 3 operativo do projecto de resolução que condena Portugal.
(Creio que ausente no voto do pará. 3 preamb.)
Abstenção na resolução em globo
(Ausente durante os votos relativos à legitimidade da luta dos movimentos de libertação).

./..

- i) Brasil - Contra no pará. 3 preamb.
Abstenção no voto pará. 3 operativo
Abstenção na resolução em globo.
- j) Irlanda- Abstenção no pará. 3 preamb.
" na resolução em globo
- l) Japão - Abstenção no pará. 3 preamb.
" na resol. em globo
- m) Malawi - Contra no pará. 3 preamb.
Abstenção na resol. em globo.
- n) México - Abstenção no pará. 3 preamb.
A favor na resolução em globo.
- o) Síria - A favor no pará. 3 preamb.
" na resol. em globo.
- p) Swazilândia - Ausente
- q) Filipinas - Abstenção no pará. 3 preamb.
" na resolução em globo.
- r) Venezuela - Abstenção no pará. 3 preamb.
" na resolução em globo.
- s) Uruguay - Contra no pará. 3 preamb.
Abstenção na resol. em globo
- t) Turquia - Abstenção no pará. 3 preamb.
A favor na resol. em globo.



u) Reino Unido - Contra no pará. 3 preamb.
Contra na resol. em globo.

Fundação Cuidar o Futuro

